B.1 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

RESENHA CONSOLIDADA
1º/3 a 30/6/2012

I - Reuniões realizadas

Instalação (INST)	1
Ordinárias (ROR)	9
Extraordinárias (REX)	4
Audiências Públicas (RAP)	4
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**19**

II - Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	11	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**11**	**-**

III - Proposições apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	**Retiradas**	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res	PLN - Urgência	**MP - Término prazo**
Projetos de Lei CN (PLN)	**16**	**1**				
- Crédito Suplementar e Especial						
• **Texto Original**		1				
• **Substitutivo**						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**7**	2				3
• **Texto Original**						
• **Projeto de Lei de Conversão**						
• **Perda de Vigência (Decreto Legislativo)**						
Avisos CN (AVN)	**52**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	5					
• **Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Arquivamento**						
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	3					
- Outras Matérias	41					
Mensagens CN (MCN)	**52**					
- Prestação de Contas	8					
- Relatório de Avaliação do PPA	3					
- Outras Matérias	41					
Ofícios CN (OFN)	**121**					
- Prestação de Contas	30					
- Outras Matérias	91					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	**2**					
Proposições SF	**4**					
Requerimentos CMO (RCMO)	**5**	**3**				
Emendas	**4273**	**33**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)	**2**	**2**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	4534	41				3

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
1º a 30/6/2012

I - Reuniões realizadas

Instalação (INST)	-
Ordinárias (ROR)	3
Extraordinárias (REX)	2
Audiências Públicas (RAP)	1
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	**7**

II - Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes dos Comitês	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	3	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	**3**	**-**

III - Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	**Retiradas**	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res	PLN - Urgência	**MP - Término prazo**
Projetos de Lei CN (PLN)	**10**					
- Crédito Suplementar e Especial						
• **Texto Original**						
• **Substitutivo**						
- LDO/Alteração						
- LOA/Alteração						
- PPA/Revisão – Alteração						
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	**2**	2				
• **Texto Original**						
• **Projeto de Lei de Conversão**						
• **Perda de Vigência (Decreto Legislativo)**						
Avisos CN (AVN)	**6**					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	2					
• **Pela Exclusão no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Pela Inclusão no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Pela Alteração no Anexo VI da LOA 2012**						
• **Arquivamento**						
- Prestação de Contas	1					
- Parecer Prévio do Governo Federal	1					
- Outras Matérias	2					
Mensagens CN (MCN)	**5**					
- Prestação de Contas	2					
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	3					
Ofícios CN (OFN)	**20**					
- Prestação de Contas	11					
- Outras Matérias	9					
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)		**1**				
Emendas	**4167**	**18**				
Errata (art. 152 Res. 1/2006-CN)		**1**				
Redação Final (art. 51 Regimento Comum)						
TOTAL	4210	22				

IV – Resultados de Reunião

Reunião realizada em 5 de junho de 2012
(Audiência Pública Conjunta)

Resultado da 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública
convocada para 5/6/2012, às 15h00
(Iniciada às 15h10min e encerrada às 17h51min)

Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), Presidente da CMO. Participaram, ainda, as seguintes Comissões: de Finanças e Tributação - CFT; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC; de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC, da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos – CAE e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, do Senado Federal.

Convidados: Dr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN.

Tema: em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Audiência foi convocada para avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil referente ao exercício de 2011.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, agradeceu o comparecimento de todos os convidados e parlamentares presentes.

Brasília, 5 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 12 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

7ª Reunião Ordinária
convocada para 12/06/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15h03min e suspensa às 15h05min)

Pauta nº 12/2012

ABERTURA e
SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 13 de junho, quarta-feira, às 14 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para hoje, dia 12 de junho, terça-feira, às 18 horas.

Brasília, 12 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 12 de junho de 2012 (Audiência Pública)

Resultado da 4ª Reunião de Audiência Pública
convocada para 12/6/2012, às 15h00
(Iniciada às 15h24min e encerrada às 16h20min)

Os trabalhos foram conduzidos pelo Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), Presidente da CMO.

Convidados: Sr. ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO - Secretário do Tesouro Nacional (STN).

Tema: Reunião de Audiência Pública para esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais referentes ao segundo e terceiro quadrimestres de 2011 e 1º quadrimestre de 2012, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal: conforme disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

ENCERRAMENTO

Realizada a reunião, o Presidente da CMO, Deputado Paulo Pimenta, agradeceu o comparecimento de todos os convidados e parlamentares presentes e convocou reunião ordinária para o dia 13 de junho às 14h.

Brasília, 12 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 13 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

Continuação da 7ª Reunião Ordinária
convocada para 13/06/2012, às 14 horas
(Reiniciada às 14h43min e suspensa às 16h48min)

Pauta nº 12

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

AVISOS

- Precatórios:

O Presidente informou que através do Ofício nº P- 219/2012, de 23/5/2012, desta Presidência, solicitou à Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados-COFF/CD - que elaborasse estudo técnico sobre o exame da legalidade da publicidade para a sociedade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre precatórios constantes da Lei Orçamentária Anual.

O instituto do precatório, espécie do gênero execução de sentenças judiciais, consiste na ordem judicial de pagamento para que a Fazenda Pública quite seus débitos reconhecidos em sentenças judiciais transitadas em julgado, nos termos do art. 100 da Constituição Federal.

No Estudo Técnico nº 5/2012 encaminhado pela COFF, informa que a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação - dispõe, em seu artigo 31: "O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais."

Por isso, por decisão desta Presidência, estará disponível na Página da Comissão na internet a partir de hoje, as informações sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária de 2012, com cinco itens relevantes:

1. O órgão do Poder Judiciário cadastrador do precatório
2. O órgão integrante da União efetivamente devedor
3. O número sequencial dos precatórios inscritos
4. Seu respectivo valor
5. Natureza da demanda.

- Registro taquigráfico online:

O Presidente comunicou aos membros que foi implantado um sistema que disponibiliza o registro taquigráfico *online* da reunião da CMO, criado por iniciativa do Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados.

O acesso é no seguinte endereço eletrônico:

. www.camara.gov.br/ Atividade Legislativa/ Comissões/ Comissões Mistas/ Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO/ Discursos em Tempo Real.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

. 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2012;
. 2ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 8 de maio de 2012;
. 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 9 de maio de 2012;
. 4ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de maio de 2012;
. 3ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 16 de maio de 2012;
. 5ª Reunião Ordinária, realizada no dia 22 de maio de 2012;
. 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 23 de maio de 2012;
. 6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 29 e 30 de maio de 2012; e
.1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 5 de junho de 2012.

Resultado: O Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) solicitou a leitura das Atas e o Presidente concedeu-lhe a palavra para leitura das mesmas. Após a leitura das atas, o Deputado Felipe Maia (DEM/RN) apresentou Questão de Ordem, de acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, afirmando que em cada reunião deverá ser votado a ata da reunião anterior, e não o bloco de atas. O Presidente informou que pela falta de acordo para votação das matérias nas reuniões anteriores, as atas foram se acumulando sem serem votadas. Em seguida, o Deputado Felipe Maia argumentou que cada ata deve ser discutida e votada separadamente, e como seriam votadas em bloco, seria necessário mais tempo para discussão. O Presidente informou que cada parlamentar disporia de 5 minutos, de acordo com o *art. 130, inciso I*, *da Resolução nº 1, de 2006,* alterada pela *Resolução nº 3, de 2008*, *ambas do Congresso Nacional.* O Deputado Felipe Maia informou que iria recorrer da decisão do Presidente, e o mesmo comunicou que encaminhará a questão de ordem ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney. O Deputado Duarte Nogueira, levantou Questão de Ordem, afirmando que o Diploma legal citado anteriormente pelo Presidente trata de matéria orçamentária e as atas não se inserem neste contexto, e por isso, deve ser observado o disposto no *art. 38 do Regimento Comum,* que permite aos oradores, na discussão, o prazo máximo de 20 (vinte) minutos. Por fim, o Presidente concedeu o prazo de cinco minutos para discussão das Atas. Discutiram os Deputados Felipe Maia, Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Marcus Pestana (PSDB/MG) e Augusto Coutinho (DEM/PE). Finalizada a discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Felipe Maia pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Reinaldo Azambuja, Augusto Coutinho e da Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 18; houve 5 abstenções; total de votantes: 18. Em seguida, o Presidente informou que as Atas foram aprovadas na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, as Atas foram aprovadas por unanimidade.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 056/2012–CMMC, de 17 de abril, do Deputado Márcio Macêdo, Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC, comunicando que em reunião realizada em 10 de abril do corrente, foi instalada aquela Comissão, tendo sido eleita a seguinte Mesa: Presidente, Deputado Márcio Macêdo; Vice-Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin; e Relator, Senador Sérgio Souza.
2) OF/GAB/I/Nº 395, de 25 de abril de 2012, do Deputado Henrique Eduardo Alves, Líder do PMDB, solicitando a indicação do nome do Deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA) para o cargo de Relator da Medida Provisória nº 566/2012-CN.
3) Ofício nº 107-12/CD.GAB-15, de 25 de abril de 2012, do Deputado Vanderlei Siraque (PT/SP), solicitando o declínio da matéria Ofício nº 16/2012 – Relatório de Atividades da Autoridade Pública Olímpica-APO, referente ao 2º semestre de 2011.
4) OF.0037/2012-GSPP, de 8 de maio, do Senador Paulo Paim (PT/RS), solicitando informações do Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, para analise do desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, encaminhado pelos AVN nºs 33/2009, 46/2009, 01/2010, 09/2010, 17/2010, 35/2010, 01/2011, 07/2011, 18/2011, 22/2011, 25/2011 e 03/2012, necessárias para instrução da matéria, da qual o Senador é relator.
5) Ofício GAB 065/2012, de 15 de maio, do Deputado Assis Melo (PCdoB/RS), autor da Emenda Individual nº 2860.0012, apresentada ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA/2012), informando que está encaminhando correspondência ao Ministro de Estado da Saúde, solicitando que considere a instituição Associação Caritativa Literária São José, localizada na cidade de Caxias do Sul/RS, mantenedora do Hospital Nossa Senhora da Oliveira, localizado na cidade de Vacaria – RS, apta a fazer o cadastramento da proposta e a indicação do objeto desejado para ação prevista na Lei orçamentária Anual de 2012, tendo em vista que não está sendo mudado o ente beneficiado, nem sua localidade, muito menos a ação pretendida.
6) Expediente de 13 de junho de 2012, do Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA), manifestando interesse em relatar o Projeto de Lei nº 10/2012-CN.

- Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) Ofício nº 035/2012-GABDEL, de 15 de maio, do Gabinete do Deputado Edio Lopes (PMDB/RR), justificando ausência no período de 12 a 21 de maio.

- Expediente indicando membro para composição dos Comitês Permanentes conforme estabelece o art. 18 § 1° da Resolução 1/2006-CN:
1) Ofício Líder n° 139/2012, de 08 de maio, do Deputado André Moura, Líder do PSC, indicando o Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB*).*

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS):
1) OF. GLPMDB nº 109/2012, de 08 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Benedito de Lira (PP/AL).
2) OF. Nº 071/GLPTB/SF, de 10 de maio de 2012, do Senador Gim Argello, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, indicando o Senador Armando Monteiro (PTB/PE).
3) Ofício nº 183/2012, de 15 de maio, do Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB, indicando o Deputado Antonio Brito (PTB/BA).

4) Ofício nº 067/2012 - GLDBAG, de 15 de maio, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Paulo Paim (PT/RS).
5) Of. n. 584/2012/PSDB, de 30 de maio, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS).

- Expedientes com indicação para integrar o Comitê Permanente de Avaliação da Receita (CAR):
1) OF. GLPMDB nº 109/2012, de 08 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Sérgio Souza (PMDB/PR).
2) Of. n. 586/2012/PSDB, de 30 de maio, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI):
1) OF.B/068/12, de 08 de maio, da Deputada Sandra Rosado, Líder do PSB, indicando o Deputado Laurez Moreira (PSB/TO).
2) OF. GLPMDB nº 109/2012, de 08 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Romero Jucá (PMDB/RR).
3) Ofício nº 067/2012 - GLDBAG, de 15 de maio, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando o Senador Wellington Dias (PT/PI).
4) Of. nº 573/2012/PSDB, de 24 de maio, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG).

- Expedientes com indicações para integrar o Comitê Permanente de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE):
1) OF.B/069/12, de 08 de maio, da Deputada Sandra Rosado, Líder do PSB, indicando o Deputado Paulo Foletto (PSB/ES).
2) OF. GLPMDB nº 109/2012, de 08 de maio, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando o Senador Clésio Andrade (PMDB/MG).
3) Ofício nº 067/2012 - GLDBAG, de 15 de maio, do Senador Walter Pinheiro, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, indicando a Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).
4) Of. n. 578/2012/PSDB, de 29 de maio, do Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, indicando o Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA).

- Expediente com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:
1) Ofício nº 016/2012-GSKAAB, de 16 de maio, da Senadora Kátia Abreu, Líder do PSD, indicando o Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício GP/CMA/Nº 71, de 01 de março de 2012, da Presidente da Câmara Municipal de Araruama – RJ, Marizeti Ramos de Andrade, informando o recebimento de documentos SIAFI, que comunicam a transferência de recursos financeiros destinados aquele Município.
2) Ofício Nº 625/2012/ASPAR/GM/MTE, de 3 de maio, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego, Marcelo Aguiar, solicitando esclarecimentos quanto a providências a serem tomadas no que diz respeito a Emenda nº 1056.0015, de autoria do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), falecido em janeiro do ano corrente.
3) Ofício nº 20/SOF/MP, de 21 de maio de 2012, da Secretária de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Célia Corrêa, encaminhando cópia da Nota Técnica

Conjunta nº 01/SEAFI/DESOC/SOF/MP, de 17 de maio de 2012, que trata do entendimento daquela Secretaria para inclusão e exclusão de despesas do rol de ações e serviços públicos de saúde e da definição da forma de cálculo do valor mínimo a ser aplicado pela União em "ações e serviços públicos de saúde".
4) Ofício nº 464/2012–TRT–8ª-GP, de 28 de maio, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, José de Alencar, comunicando ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, que submeteu ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Ministro João Oreste Dalazen, a proposta de emenda aditiva ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2013 (PLN nº 03/2012-CN).
5) Ofício CIRCULAR 039/2012 FENASPS, de 13 de junho, da Diretoria Colegiada da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS, apresentando a pauta de reivindicações aprovada em assembleias estaduais e na Plenária dos Servidores Públicos Federais, no último dia 5 de junho, e encaminha emendas à Medida Provisória nº 568/2012.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 3° quadrimestre de 2011 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais Federal das seguintes regiões: 2ª, 3ª, 4ª e 5ª.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2012 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 12ª, 15ª, 16ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª e 24ª.
- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- Tribunais Regionais Federal das seguintes regiões: 1ª, 3ª e 4ª.
- Supremo Tribunal Federal.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 11 de abril:
1) Aviso n° 315/2012 (Acórdão nº 860/2012): Serviços de manutenção (conservação/recuperação) na rodovia BR-101/PE (Contorno de Recife).

Aviso Seses de 18 de abril:
1) Aviso n° 349/2012 (Acórdão nº 890/2012): Obras de construção da BR-156/AP, no trecho Ferreira Gomes/Oiapoque.

Aviso Seses de 2 de maio:
1) Aviso n° 406/2012 (Acórdão nº 1.051/2012): Obras de Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia na Rodovia BR-153/TO, ligando as cidades de Xambioá/TO a São Geraldo do Araguaia/PA.

Aviso GP/TCU, de 15 de maio:
1) Aviso nº 624/2012 : Atualização das informações relativas às obras com indícios de irregularidades graves.

Avisos Seses de 16 de maio:

1) Aviso n° 460/2012 (Acórdão nº 1.176/2012): Construção das novas instalações do Campus Integrado do Instituto Nacional do Câncer – Inca, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
2) Aviso n° 465/2012 (Acórdão nº 1.166/2012): Obra de implantação do trecho sul do metrô de Fortaleza – CE.
3) Aviso n° 466/2012 (Acórdão nº 1.157/2012): Obras de construção da Refinaria Abreu e Lima, localizada no Município de Ipojuca/PE.
4) Aviso n° 484/2012 (Acórdão nº 1.172/2012): Obras de ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água de Uberaba/MG.
5) Aviso n° 489/2012 (Acórdão nº 1.155/2012): Obras de reforma, ampliação e alargamento do cais comercial do Porto de Vitória/ES.

Avisos Seses de 23 de maio:
1) Aviso n° 509/2012 (Acórdão nº 1.253/2012): Implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) – EF-334, do Terminal Portuário Privado da Bahia Mineração Ltda. e do Porto Sul, em Ponta da Tulha, no Município de Ilhéus/BA.
2) Aviso n° 583/2012 (Acórdão nº 1.252/2012): Obras de implantação do perímetro de irrigação do projeto Baixio de Irecê, localizado no município de Xique-Xique/BA.

Aviso GP/TCU, de 23 de maio:
1) Aviso nº 679/2012 : Informando o recebimento do Relatório Setorial da Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social, referente ao Projeto de Lei nº 28/2011-CN (PLOA 2012), para conhecimento e providências cabíveis, em especial quanto ao item 2.2, relativo ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Avisos Seses de 30 de maio:
1) Aviso n° 613/2012 (Acórdão nº 1.347/2012): Execução do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) no Estado da Bahia.
2) Aviso n° 631/2012 (Acórdão nº 1.344/2012): Obras do Terminal Fluvial de Eirunepé/AM.

- Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:

Avisos Seses de 25 de abril:
1) Aviso n° 352/2012 (Acórdão nº 982/2012): Obras de duplicação e restauração, com melhoramentos, na Rodovia BR 101/PE (trecho: divisa PB/PE – divisa PE/AL; subtrecho: entroncamento PE 103/126 (p/ Catende) – divisa PE/AL (Ponte sobre o rio Jacuípe); segmento: km 189,3 – km 213,9; extensão: 24,7 km).
2) Aviso n° 354/2012 (Acórdão nº 968/2012): Obras de construção da Barragem de Oiticica, no município de Jucurutu/RN.
3) Aviso n° 376/2012 (Acórdão nº 967/2012): Obras de esgotamento Sanitário no Município de Pilar/AL.
4) Aviso n° 379/2012 (Acórdão nº 990/2012): Obras de implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, no Estado do Ceará.

- Aviso encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou à CMO:

Aviso Seses de 11 de abril:
1) Aviso n° 323/2012 (Acórdão nº 838/2012): Obras de construção da BR-158 – Divisa PA/MT – Ribeirão Cascalheira, no estado do Mato Grosso.

- Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente do Congresso Nacional que enviou á CMO:

Aviso GP/TCU, de 24 de abril:

1) Aviso nº 224/2012: Construção do Novo Hospital Universitário da UFAM.

ORDEM DO DIA

Pauta nº 12/2012

REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA

– Requerimento para inversão de pauta para apreciar inicialmente o Relatório Preliminar com Emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO/2013).

Autor: Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: apreciação adiada em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no *art. 46, § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Presidente suspendeu os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o mesmo dia, 13 de junho, quarta-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 13 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 13 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

Continuação da 7ª Reunião Ordinária
convocada para 13/06/2012, às 18 horas
(Reiniciada às 18h08min e suspensa às 18h09min)

Pauta nº 12/2012

REABERTURA e
SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da continuação da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no a*rt.46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,* o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, 13 de junho, quarta –feira, após o da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Brasília, 13 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 13 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

Continuação da 7ª Reunião Ordinária
convocada para 13/06/2012, após a Ordem do Dia nos Plenários
da Câmara dos Deputados e do Senado Federal
(Reiniciada às 19h27min e encerrada às 19h32min)

Pauta nº 12/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

O Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) solicitou, nos termos do *art. 134, parágrafo único,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o encerramento da reunião.

Em virtude da inexistência de *quorum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 12/2012

1 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006,* alterada pela *Resolução n°3/2008,* ambas *do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

2 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006,* alterada pela *Resolução n°3/2008,* ambas *do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 569/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Aníbal Gomes.

Foram apresentadas 9 emendas

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

3 – Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.

4 - Relatório Preliminar com Emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências".

Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

Foram apresentadas 72 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação parcial das emendas nºs 2 a 7, 29 a 34, 42, 51 a 53, e 56 a 62, e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Josias Gomes.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.

6 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

7 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".

Autor: Senador Paulo Paim.

8 – Requerimento nº 05/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*.

Autor: Deputado Duarte Nogueira.

9 – Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

10 – Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

11 – Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 – Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 – Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento do § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que "Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
Relatora: Deputada Cida Borghetti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 – Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010".
Relator: Deputado Renato Molling.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 – Relatório apresentado à Mensagem nº 190A/2009-SF, que "Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde."
Relator: Senador Sérgio Petecão.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em atendimento à solicitação do Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) e tendo em vista a presença insuficiente de Deputados e Senadores ao mínimo fixado no *§ único do art. 134 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou a realização de reunião ordinária no dia 19 de junho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Comunicou que haverá naquele mesmo dia, às 14 horas, na sala de reunião da Presidência da Comissão, reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO.

E cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias:
- hoje, dia 13 de junho, quarta-feira, às 18 horas; e
- dia 14 de junho, quinta-feira, às 10 horas.

Brasília, 13 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 19 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

8ª Reunião Ordinária
convocada para 19/06/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15h02min e encerrada às 15h09min)

Pauta nº 13/2012

ABERTURA

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou não haver *quorum* regimental para deliberação na representação do Senado Federal.

O Deputado Felipe Maia (DEM/RN) solicitou, nos termos do *art. 134,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o encerramento da reunião.

Em virtude da inexistência de *quorum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

. Ata da 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de junho de 2012; e

. Ata da 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2012.

Pauta nº 13/2012

1 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

2 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 569/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Aníbal Gomes.

Foram apresentadas 9 emendas

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

3 – Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.

4 - Relatório Preliminar com Emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências".

Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

Foram apresentadas 72 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação parcial das emendas nºs 2 a 7, 29 a 34, 42, 51 a 53, e 56 a 62, e pela rejeição das demais.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Josias Gomes.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.

6 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Serraglio.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

7 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

8 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".

Autor: Senador Paulo Paim.

9 – Requerimento nº 05/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*.

Autor: Deputado Duarte Nogueira.

10 – Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

11 – Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 – Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 – Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento do § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 – Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que "Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".

Relatora: Deputada Cida Borghetti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 – Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010".

Relator: Deputado Renato Molling.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 – Relatório apresentado à Mensagem nº 190-A/2009-SF, que "Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde."

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em atendimento à solicitação do Deputado Felipe Maia (DEM/RN) e tendo em vista a presença insuficiente de Senadores ao mínimo fixado no *§ único do art. 134 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, comunicou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- hoje, dia 19 de junho, terça-feira, às 18 e 20 horas;
- dia 20 de junho, quarta-feira, às 14h30min e 18 horas; e
- dia 21 de junho, quinta-feira, às 10 horas.

E, convocou reunião extraordinária, para o dia 20 de junho, quarta-feira, às 20 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 19 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Extraordinária)

3ª Reunião Extraordinária
convocada para 19/06/2012, às 18 horas
(Iniciada e suspensa às 18h34min)

Pauta nº 13/2012

ABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, de acordo com o disposto no *art.46, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados,* o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, 19 de junho, terça-feira, após o término da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados.

Brasília, 19 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 19 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Extraordinária)

Continuação da 3ª Reunião Extraordinária
convocada para 19/06/2012, após o término
da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados
(Reiniciada às 19h13min e suspensa às 21h59min)

Pauta nº 13/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) e pelo 3º Vice-Presidente, Senador Vicentinho Alves (PR/TO).

AVISOS

O Presidente comunicou que foram designados os coordenadores e os membros dos comitês permanentes da Comissão nos termos estabelecido no *art. 18 da Resolução nº 1, de 2006, alterada pela de nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional,* a seguir relacionados:

I - COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CFis

- Coordenador: Senador Sérgio Souza (PMDB/PR).
- Membros na Câmara dos Deputados: Deputados João Paulo Lima (PT/PE), Celso Maldaner (PMDB/SC), Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Antonio Brito (PTB/BA), Leonardo Gadelha (PSC/PB) e Osmar Júnior (PCdoB/PI).
- Membros no Senado Federal: Senadores Armando Monteiro (PTB/PE), Sérgio Souza (PMDB/PR) e Paulo Paim (PT/RS).

II - COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA - CAR

- Coordenador: Deputado Cláudio Puty (PT/PA).
- Membros na Câmara dos Deputados: Deputados Cláudio Puty (PT/PA), Osmar Serraglio (PMDB/PR), Duarte Nogueira (PSDB/SP), Renato Molling (PP/RS), Luiz Carlos Setim (DEM/PR), João Maia (PR/RN) e Paulo Foletto (PSB/ES).
- Membros no Senado Federal: Senadores Clésio Andrade (PMDB/MG), Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e Sérgio Petecão (PSD/AC).

III - COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES - COI

- Coordenador: Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG).
- Membros na Câmara dos Deputados: Deputados Josias Gomes (PT/BA), Vanderlei Siraque (PT/SP), Mauro Lopes (PMDB/MG), Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Laurez Moreira (PSB/TO) e Félix Mendonça Júnior (PDT/BA).
- Membros no Senado Federal: Senadores Vicentinho Alves (PR/TO) e Wellington Dias (PT/PI).

IV - COMITÊ DE EXAME DA ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS - CAE

- Coordenador: Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG).

- Membros na Câmara dos Deputados: Deputados Leonardo Monteiro (PT/MG), Edio Lopes (PMDB/RR), Marcus Pestana (PSDB/MG), Roberto Balestra (PP/GO), Giacobo (PR/PR), Arnaldo Jardim (PPS/SP) e Paulo Wagner (PV/RN).

- Membros no Senado Federal: Senadores Vanessa Graziotin e Cássio Cunha Lima (PSDB/PB).

AVISO SOBRE A CRIAÇÃO DA COMUNIDADE VIRTUAL e-Democracia

O Presidente informou que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) abre um debate inédito com a sociedade sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária para 2013, por meio do Portal *e-Democracia*, o portal oficial de interação da Câmara dos Deputados (http://edemocracia.camara.gov.br/web/ldo/inicio).

Qualquer cidadão interessado nesse debate, especialista ou não, poderá trocar ideias e experiências, sugerir nova redação para o texto da lei, acessar conteúdos atualizados relacionados à LDO 2013, e tudo isso pode ser compartilhado com outras redes sociais, como Facebook e Twitter.

O debate será acompanhado pelos membros da CMO e consultores da área, que considerarão as contribuições em seus trabalhos legislativos.

A fim de levar ao conhecimento da sociedade brasileira, conta-se com a divulgação dos veículos de comunicação da Casa, dos parlamentares em seus discursos, entrevistas e sites, listas (mailing) de público envolvido com o tema, redes sociais, e outros.

Questão de Ordem

O Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), levantou Questão de Ordem, com amparo nos *artigos 30, 31 e 32 do Regimento Comum*, alegando que a Ordem do Dia deveria ser iniciada, o que não ocorreu, e solicitou o encerramento da reunião. O Presidente informou que não havia quórum para deliberação na representação do Senado Federal, e por isso a Ordem do Dia não foi aberta, entretanto, havia quórum para abertura dos trabalhos e ele iria obedecer o disposto nos *artigos 30 e 31* do Diploma Legal supracitado e daria início a leitura dos expedientes.

EXPEDIENTE

O Presidente procedeu a leitura dos expedientes internos e externos recebidos pela CMO e determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) Of. nº 349/2012-Bloco, de 5 de junho, do Deputado Lincoln Portela, Líder do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB, solicitando a indicação do Deputado João Maia (PR/RN) para a relatoria do Projeto de Lei nº 14/2012-CN.

2) Ofício nº 042/2012-HM, de 5 de junho, do Deputado Hugo Motta (PMDB/PB), solicitando a sua indicação para relatar do Projeto de Lei nº 14/2012-CN.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) OF. nº 185/2012-Gab.572, de 27 de abril, do Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), justificando ausência no dia 19 de abril.
2) OF/GAB.CB/Nº 102/2012, de 14 de maio, da Deputada Cida Borghetti (PP/PR), justificando ausência no dia 15 de maio.
3) Of. nº 090/2012, de 22 de maio, do Deputado João Maia (PR/RN), justificando ausência no dia 22 de maio.
4) OF/GP n. 50, de 05 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), justificando ausência no dia 19 de abril.
5) OF/GP n. 49, de 05 de junho, do gabinete da Deputada Manuela d'Ávila (PCdoB/RS), justificando ausência no período de 29 a 31 de maio.
6) OF/GAB.CB/Nº 136/2012, de 6 de junho, da Deputada Cida Borghetti (PP/PR), justificando ausência no período de 06 a 20 de junho.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDOS pelo Presidente:
1) OF. nº 0208/2012-Gab.572, de 23 de maio, do Deputado Reinaldo Azambuja (PSDB/MS), justificando ausência no dia 23 de maio.
2) OF. 265/2012-GSBL, de 24 de maio, do Senador Benedito de Lira (PP/AL), justificando ausência nos dias 17 e 19 de abril; 08, 15, 16 e 22 de maio.
3) OF. 0053/2012-GSPP, de 29 de maio, do Senador Paulo Paim (PT/RS), justificando ausência nos dias 19 de abril, 08 e 16 de maio.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Ofício nº 017/2012, de 14 de junho, do Presidente da Associação dos Mutuários do Crédito Rural do Estado da Paraíba – AMCREPB, Jair Pereira Guimarães, dando conhecimento e apresentando providências sobre o resumo da decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, constante no Acórdão nº 944/2010, em virtude da inércia do Banco do Nordeste do Brasil em não cumprir a decisão supracitada.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1° quadrimestre de 2012 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 118 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, encaminhados pelos seguintes órgãos:
- Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes regiões: 5ª, 11ª, 13ª, 14ª, 17ª, 18ª e 23ª.
-Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins.
- Superior Tribunal de Justiça.
- Tribunal de Contas da União.
- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- Tribunal Superior Eleitoral.
- Tribunal Superior do Trabalho.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, ao Presidente da CMO:
Aviso Seses de 30 de maio:
1) Aviso n° 627/2012 (Acórdão nº 1.351/2012): Implantação da Refinaria Premium II no Estado do Ceará.

Aviso Seses de 6 de junho:
1) Aviso n° 651/2012 (Acórdão nº 1.416/2012): Obras de eletrificação rural, no Estado do Piauí, no âmbito do Programa Luz para Todos. (classificação sigiloso).
- Aviso encaminhado pelo Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ao Presidente da CMO:
Aviso Seses de 6 de junho:
1) Aviso n° 645/2012 (Acórdão nº 1.383/2012): Obras de construção de trechos rodoviários no corredor Oeste-Norte, na BR-163/PA.

O Presidente informou que foi atingido o *quórum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

. 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 12 de junho de 2012; e
. 7ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 1+2 e 13 de junho de 2012.
Resultado: O Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE) solicitou a leitura das Atas e o Presidente indicou o Deputado Zeca Dirceu (PT/PR) para fazer a leitura. Após, não havendo discussão, o Presidente colocou as Atas em votação na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, Líder do DEM, e o Deputado Bruno Araújo, Líder do PSDB, pediram verificação de votação, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 19; votos Não: 01; número total de votantes: 20. Em seguida, o Presidente informou que as Atas foram aprovadas na representação da Câmara dos Deputados. Em votação na representação do Senado Federal, foram aprovadas por unanimidade.

ORDEM DO DIA

Pauta nº 13/2012

REQUERIMENTO DE INVERSÃO DE PAUTA

– Requerimento para inversão de pauta para apreciar o Relatório Preliminar com emendas apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN (PLDO/2013).
Autor: Senador Antonio Carlos Valadares.
Resultado: aprovado por unanimidade.

4 - Apreciação do Relatório Preliminar com Emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências".
Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.
Foram apresentadas 72 emendas.
Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação parcial das emendas nºs 2 a 7, 29 a 34, 42, 51 a 53, e 56 a 62, e pela rejeição das demais.
Resultado: o Relator apresentou o Relatório Preliminar. A discussão foi iniciada e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. A Deputada Carmen Zanotto, Líder do PPS, com apoiamento do Vice-Líder do DEM, Deputado Felipe Maia, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução*

nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional, apresentou Requerimento, nos termos do *art. 40 do Regimento Comum*, solicitando o adiamento da votação do Relatório Preliminar por 48 horas. O Presidente colocou o Requerimento em votação na representação da Câmara dos Deputados. A Deputada Carmen Zanotto, Líder do PPS, pediu verificação de votação, com apoiamento do Vice-Líder do DEM, Deputado Felipe Maia, e do Deputado Duarte Nogueira, Vice-Líder do PSDB, conforme dispõe o *art. 136 da Resolução nº 1/2006, alterada pela de nº 3/2008, ambas do Congresso Nacional.* O Presidente designou o Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) para fazer a chamada nominal dos representantes da Câmara dos Deputados. Finalizada a chamada, o Presidente proclamou o resultado da votação nominal: votos SIM: 2; votos NÃO: 14; total de votantes: 16. Em seguida, o Presidente informou que o Requerimento foi rejeitado na representação da Câmara dos Deputados. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* O Presidente informou que não foram apresentados destaques ao Relatório Preliminar. Em votação, o Relatório Preliminar foi aprovado por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Tendo em vista a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas ao PLDO 2013, o Presidente comunicou que submeterá ao Presidente do Senado Federal a alteração do cronograma nos seguintes termos:

07. Apresentação de Emendas ao Projeto de Lei..... de 20 a 28/06/2012
08. Publicação das Emendas ..... até 02/07/2012
09. Relatório do Relator..... até 03/07/2012
10. Discussão e Votação do Relatório e das Emendas..... até 12/07/2012
11. Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN..... até 12/07/2012

1 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006,* alterada pela *Resolução n°3/2008,* ambas *do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

Resultado: o Relatório foi apresentado pelo Relator. Nos termos do *art. 146, § 2°, da Resolução nº 1/2006-CN alterada pela Resolução nº 3, de 2008, do Congresso Nacional,* o Presidente declarou *inadmitidas* as emendas de nºs 1 a 9, sugeridas pelo Relator. A discussão foi iniciada. Foi apresentada a Contestação nº 1/2012-CMO, contra a inadmissibilidade das emendas 1, 2 e 3, de autoria do Deputado Felipe Maia, com o apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Maia, Augusto Coutinho, Luiz Carlos Setim e Paulo Wagner, conforme dispõe o *art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN,* alterada pela *Resolução nº 03/2008-CN*. O Presidente, de acordo com a Nota Técnica Conjunta nº 3/2012, "Créditos Extraordinários: admissibilidade de emendas em face ao art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN", elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, decidiu pelo indeferimento da Contestação. Foi apresentado Recurso, contra a decisão preliminar do Presidente da CMO, à Contestação nº 1/2012-CMO, nos termos do *parágrafo único do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN*, alterada pela *Resolução nº 03/2008-CN,* de autoria do Deputado Felipe Maia. Em votação, o Recurso foi rejeitado contra os votos dos Deputados Duarte Nogueira, Felipe Maia, Professora Dorinha Seabra Rezende e Marcus Pestana. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme dispõe o *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* Em virtude da

inexistência de *quorum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, em atendimento à solicitação do Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP), nos termos do *art. 134, parágrafo único,* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente suspendeu a reunião e a votação do Relatório foi adiada.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Em atendimento à solicitação do Deputado Duarte Nogueira (PSDB/SP) e tendo em vista a presença insuficiente de Deputados e Senadores ao mínimo fixado no *§ único do art. 134 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente suspendeu a reunião.

Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária, para o dia 20 de junho, quarta-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 20 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 20 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Extraordinária)

Continuação da 3ª Reunião Extraordinária
convocada para 20/06/2012, às 14 horas
(Reiniciada às 14h29min e encerrada às 14h31min)

Pauta nº 13/2012

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da inexistência de *quórum* no recinto para dar prosseguimento à reunião, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 13/2012

1 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Senador Wellington Dias.
Foram apresentadas 9 emendas.
Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

Resultado: Na continuação da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2012, após o término da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Relatório foi apresentado e a discussão foi iniciada.

2 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 569/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Aníbal Gomes.

Foram apresentadas 9 emendas

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

3 – Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.

4 - Relatório Preliminar com Emendas, apresentado ao Projeto de Lei nº 3/2012-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências".

Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

Foram apresentadas 72 emendas.

Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com emendas, nos termos apresentados pelo Relator, com indicação pela aprovação parcial das emendas nºs 2 a 7, 29 a 34, 42, 51 a 53, e 56 a 62, e pela rejeição das demais.

Resultado: Na continuação da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2012, após o término da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Relatório Preliminar foi aprovado por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Josias Gomes.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.

6 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Serraglio.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

7 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

8 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".

Autor: Senador Paulo Paim.

9 – Requerimento nº 05/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*.

Autor: Deputado Duarte Nogueira.

10 – Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

11 – Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 – Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 – Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que “Encaminha, em cumprimento do § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 – Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que “Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte”.

Relatora: Deputada Cida Borghetti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 – Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que “Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010”.

Relator: Deputado Renato Molling.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 – Relatório apresentado à Mensagem nº 190-A/2009-SF, que “Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde.”

Relator: Senador Sérgio Petecão.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Tendo em vista a presença insuficiente de Deputados e Senadores ao mínimo fixado no *§ único do art. 134* da *Resolução n° 1, de 2006, alterada pela Resolução nº 3, de 2008, ambas do Congresso Nacional*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- hoje, dia 20 de junho, quarta-feira, às 14h30min e 18 horas; e
- dia 21 de junho, quinta-feira, às 10 horas.

Brasília, 20 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 26 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Ordinária)

9ª Reunião Ordinária
convocada para 26/06/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15 horas e encerrada às 16h04min)

Pauta nº 14/2012

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), que informou haver *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- Apreciação das Atas das seguintes Reuniões:

. 8ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2012; e
. 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2012.

Resultado: por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram aprovadas por unanimidade.

AVISO

Presença de parlamentares na Ata da 3ª Reunião Extraordinária
realizada nos dias 19 e 20 de junho

O Presidente informou que os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Bruno Araújo, Carmen Zanotto, Claudio Cajado e Gilmar Machado não registraram a assinatura na Folha de Presença da 3ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 19 e 20 de junho. Há necessidade dos parlamentares entrarem em contato com a Secretaria, pois fizeram uso da palavra naquela reunião.

Por esse motivo, determinou à Secretaria que fizesse constar a presença desses parlamentares na Ata da 3ª Reunião Extraordinária.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, foi dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes foi encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias nesta data.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. GSPTAQ. Nº 230/2012, de 19 de junho, do Senador Pedro Taques, encaminhando documento de posicionamento em defesa de medidas da maior relevância para a lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. As medidas apresentadas constarão de emendas, de sua autoria, que serão apresentadas no prazo regulamentar.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:
1) OF. 271/2012- GSBL, de 12 de junho, do Gabinete do Senador Benedito de Lira (PP/AL), justificando ausência no dia 12 de junho.
2) OF. nº 0488/2012-GDRL, de 19 de junho, do Deputado Roberto de Lucena (PV/SP), justificando ausência no período de 11 a 19 de junho.

- Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão INDEFERIDOS pelo Presidente:
1) OF. GSCAND Nº 0198/2012, de 19 de junho, do Senador Clésio Andrade (PMDB/MG), justificando ausência no dia 19 de junho.
2) OF. GSCAND Nº 0199/2012, de 20 de junho, do Senador Clésio Andrade (PMDB/MG), justificando ausência no dia 20 de junho.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) Expediente de 20 de junho de 2012, do ex-Deputado Carlos Frederico Theodoro Nader, solicitando certidão contendo as emendas parlamentares de sua autoria, apresentadas à Lei Orçamentária Anual, no período compreendido entre novembro de 2001 a março de 2003, e de fevereiro de 2003 a janeiro de 2007, período que exerceu mandato parlamentar.

2) Ofício nº 181/2012-MP, de 25 de junho, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, solicitando, em virtude de omissão, a inclusão do item IV.13 no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013. As razões para tal inclusão estão expostas na cópia da Nota Técnica nº 292/SEAFI/SOF//MP, de 20 de junho de 2012, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal.

ORDEM DO DIA

Questão de Ordem

Os Deputados Félix Júnior (PDT/BA) e Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), com amparo no *art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), e § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN,* que dispõe: "os membros e coordenadores dos comitês serão designados no prazo de até 5 (cinco) dias após a instalação da CMO." levantaram Questão de Ordem ao Presidente para que determinasse imediata instalação dos Comitês de que trata o art. 18 da supracitada Resolução, e, adicionalmente, por analogia, utilizasse a prerrogativa que lhe assegura o *§ 2º do art. 17 da mesma Resolução*, caso se verifique omissão de Partidos Políticos na indicação dos membros para os citados Comitês.
Resultado: O Presidente decidiu sobre a Questão de Ordem informando que tendo em vista que já foram feitas todas as indicações para membros e Coordenadores dos Comitês Permanentes desta CMO, pelas Lideranças Partidárias, a Questão de Ordem foi resolvida.

No início dos trabalhos, o Presidente informou que na Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, houve acordo, apenas, para apreciação dos Relatórios apresentados às Medidas Provisórias nºs 566 e 569/2012-CN, Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf e Requerimento nº 05/2012-CMO, constantes dos itens nºs 1, 2, 3 e 10, da Pauta nº 14/2012.

Pauta nº 14/2012

1 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Senador Wellington Dias.

Foram apresentadas 9 emendas.

Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

Resultado: Na continuação da 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de junho de 2012, o Relatório foi apresentado, a discussão foi iniciada e foram declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo relator. Foi apresentada a Contestação nº 1/2012-CMO, de autoria do Deputado Felipe Maia, que teve a decisão do Presidente pelo seu indeferimento. Foi apresentado Recurso ao Plenário contra a decisão do Presidente, e foi rejeitado. Hoje, na 9ª Reunião Ordinária, dia 26 de junho de 2012, ausente o relator, o Presidente designou o Senador Paulo Paim (PT/RS) como relator *ad hoc*. Encerrada a discussão, em votação o Relatório foi aprovado por unanimidade.

2 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 *da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à Medida Provisória nº 569/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Aníbal Gomes.

Foram apresentadas 9 emendas

Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS) como relator *ad hoc,* que apresentou o Relatório. Em conformidade com o disposto no *§ 2° do art.146, da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou inadmitidas as emendas indicadas pelo relator no seu voto. A discussão foi iniciada. Foi apresentada a Contestação nº 2/2012-CMO, contra a inadmissibilidade da emenda nº 1, de autoria do Deputado Felipe Maia, com o apoiamento dos Deputados Duarte Nogueira, Professora Dorinha Seabra Rezende, João Maia, Augusto Coutinho, Luiz Carlos Setim e Paulo Wagner, conforme dispõe o *art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN*. O Presidente, de acordo com a Nota Técnica Conjunta nº 3/2012, "Créditos Extraordinários: admissibilidade de emendas em face ao art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN", elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, decidiu pelo indeferimento da Contestação. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade.

3 – O Presidente informou que, o *art. 152 da Resolução n°1/2006, do Congresso Nacional*, estabelece: "*O projeto de lei aprovado e enviado em autógrafo para sanção do Presidente da República não poderá ser motivo de alteração, ressalvado o caso de correção de erro material, verificado exclusivamente no processamento das proposições apresentadas, formalmente autorizado pela CMO, por proposta de seu Presidente, justificando-se cada caso*".

Em seguida, o Presidente anunciou a apreciação do Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).

Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.

Resultado: a Errata foi aprovada por unanimidade.

10 – Requerimento nº 05/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*.

Autor: Deputado Duarte Nogueira.

Resultado: aprovado por unanimidade.

Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das demais matérias constantes da Pauta nº 14/2012, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

4 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Josias Gomes.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Júnior.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

6 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Serraglio.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

7 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 3 e pela rejeição das demais.

8 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a

levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".

Autor: Senador Paulo Paim.

11 – Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 – Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 – Relatório apresentado à Mensagem nº 98/2011-CN, que "Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 – Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento do § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Edio Lopes.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 – Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009."
Relator: Deputado Leonardo Monteiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 – Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010."
Relator: Deputado Leonardo Monteiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

19 – Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que "Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
Relatora: Deputada Cida Borghetti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

20 – Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010".
Relator: Deputado Renato Molling.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado à Mensagem nº 190-A/2009-SF, que "Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde."
Relator: Senador Sérgio Petecão.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Concluída a votação das matérias acordadas em reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, cancelou a realização de reunião extraordinária, convocada para hoje, dia 26 de junho, terça-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 26 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão

Reunião realizada em 27 de junho de 2012
(Reunião Deliberativa Extraordinária)

4ª Reunião Extraordinária
convocada para 27/06/2012, às 14h30min
(Iniciada às 15h02min e encerrada às 15h03min)

Pauta nº 14/2012 - Alterada

ABERTURA

Os trabalhos foram abertos pelo Presidente, Deputado Paulo Pimenta (PT/RS).

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o Presidente anunciou que encerraria os trabalhos e deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas:

Pauta nº 14/2012 - Alterada

1 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 566/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R$ 706.400.000,00 (setecentos e seis milhões e quatrocentos mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Senador Wellington Dias.
Foram apresentadas 9 emendas.
Voto: favorável nos temos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.
- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26/06/2012.

2 - Relatório apresentado à Medida Provisória nº 569/2012-CN, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no valor global de R$ 688.497.000,00 (seiscentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e sete mil reais), para os fins que especifica".
Relator: Deputado Aníbal Gomes.
Foram apresentadas 9 emendas
Voto: favorável nos termos da Medida Provisória, com indicação pela inadmissibilidade das 9 emendas apresentadas.
- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26/06/2012.

3 – Ofício Conjunto nº 02/2012/Coff/Conorf, de 20 de abril, que propõe a "Correção de erro de ordem técnica verificado no Autógrafo da Lei Orçamentária para 2012 (Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012)". (Errata à Lei Orçamentária Anual para 2012).
Autores: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD, e
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle/SF.
- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26/06/2012.

4 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2012-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério

Público da União e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Crédito especial no valor global de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para o fim que especifica, e dá outras providências".

Relator: Deputado Josias Gomes.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: favorável, nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das 3 emendas apresentadas.

5 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 08/2012-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de R$ 860.000,00 (oitocentos e sessenta mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Júnior.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

6 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 09/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R$ 1.252.574,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e quatro reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Osmar Serraglio.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

- Retirado de pauta a pedido do relator, Deputado Osmar Serraglio, através do OF./GAB./Nº 055/2012, de 26 de junho, deferido pelo Presidente.

7 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 12/2012-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades, crédito suplementar no valor global de R$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente".

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

Foram apresentadas 5 emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 1 a 3 e pela rejeição das demais.

8 – Relatório apresentado ao Aviso nº 11/2011-CN, que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1141, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo a levantamento de auditoria nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (TC 002.604/2011-6)."

Relator: Deputado Mauro Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

9 – Requerimento nº 03/2012-CMO, que "Requer a constituição de um Grupo de Trabalho com vistas à implementação de uma política de aumento real das aposentadorias e pensões, do Regime Geral da Previdência Social, com valores acima do salário mínimo no processo orçamentário, no âmbito da Comissão Mista de Orçamento – CMO".

Autor: Senador Paulo Paim.

10 – Requerimento nº 05/2012-CMO, que "Requer a realização de Audiência Pública para debater com o Ministro de Estado das Cidades os repasses de recursos do orçamento da União". *(Ministro Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro)*.

Autor: Deputado Duarte Nogueira.

- Aprovado na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 26/06/2012.

11 – Relatório apresentado ao Aviso nº 03/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Hugo Motta.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

12 – Relatório apresentado à Mensagem nº 39/2011-CN, que "Encaminha, nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, fixada para o primeiro quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti

Voto: pelo arquivamento da matéria.

13 – Relatório apresentado à Mensagem nº 98/2011-CN, que "Encaminha nos termos do art. 126 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do 2º Quadrimestre de 2011".

Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 02/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

15 – Relatório apresentado ao Ofício nº 14/2008-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

16 – Relatório apresentado ao Ofício nº 37/2011-CN, que "Encaminha, em cumprimento do § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Edio Lopes.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

17 – Relatório apresentado ao Ofício nº 31/2009-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o parágrafo 5º do artigo 1º da Lei 11.922/2009, de 13 de abril de 2009, o relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445/2008, de 06 de novembro 2008 e regulamentada pela Resolução CMN nº 3.635/2008, de 13 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 32/2010-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 5º do art. 1º da Lei 11.922, de 13 de abril de 2009, o Volume de Contratação da Linha de Crédito Capital de Giro - 2009."

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

18 – Relatório apresentado ao Ofício nº 33/2010-CN, que "Encaminha, nos termos do parágrafo 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, relatório sobre as operações contratadas da Linha de Crédito Capital de Giro criada pela Medida Provisória nº 445, de 06 de novembro de 2008"; e ao Ofício nº 01/2011-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, atendendo ao que dispõe o § 5º do art. 1º da Lei nº 11.922, de 13 de abril de 2009, o relatório de operações de contratação da Linha de Crédito de Capital de Giro - 2º semestre de 2010."
Relator: Deputado Leonardo Monteiro.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

19 – Relatório apresentado ao Ofício nº 51/2011-CN, que "Encaminha relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte".
Relatora: Deputada Cida Borghetti.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

20 – Relatório apresentado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2010-CN, de autoria do Deputado Otavio Leite, que "Altera o Anexo VI ("Subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves") da Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010".
Relator: Deputado Renato Molling.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

21 – Relatório apresentado à Mensagem nº 190-A/2009-SF, que "Encaminha ao Senado Federal relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde."
Relator: Senador Sérgio Petecão.
Voto: pelo arquivamento da matéria.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Em virtude da inexistência de *quorum* regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, observado o disposto *no art. 29, § 1º do Regimento Comum*, o Presidente encerrou a reunião.

Antes, convocou reunião ordinária para o dia 3 de julho, terça-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. E cancelou a realização da seguinte reunião extraordinária:
- hoje, dia 27 de junho, quarta-feira, às 18 horas.

Brasília, 27 de junho de 2012.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária da Comissão